

Resolução do BES "pode custar muitos milhões aos contribuintes"

Ações judiciais. Novo Banco só será comprado se o governo garantir eventuais indemnizações, acredita José Miguel Júdice

ILÍDIA PINTO

Um ano depois e apesar do muito que foi dito e escrito sobre o descalabro do Banco Espírito Santo, designadamente na comissão de inquérito parlamentar, José Miguel Júdice, sócio da PLM, acredita que "é ainda difícil saber tudo sobre o que realmente aconteceu" no banco liderado por Ricardo Salgado. O que não significa que não esteja convicto de que a atuação do Banco de Portugal (BdP), em agosto de 2014, foi pautada "pelo pânico" e que tudo isto vai ainda custar muito dinheiro aos contribuintes.

"Não estou a referir-me a eventuais ilícitos criminais ou atos eticamente reprováveis, que serão avaliados e julgados pelas entidades competentes. Refiro-me só à atuação do regulador, que tinha a obrigação de ter percebido, muito mais cedo, o que se passava. E se não atuou antes porque entendeu que havia razões para não criar ruturas que poderiam acarretar sérios riscos, então, agosto também não era o melhor momento", afirmou o advogado em declarações ao DN/Dinheiro Vivo, sublinhando que o Banco de Portugal "interveio ou cedo de mais ou demasiado tarde".

José Miguel Júdice não tem dúvida que a atuação da instituição liderada por Carlos Costa foi "errada no seu timing". Até porque acontece "logo a seguir a as autoridades de regulação terem autorizado um aumento de capital" no BES. "Uma intervenção em 2013 seria, provavelmente, muito melhor. Ou uma solução alternativa em 2014. O Estado tivera e tinha ao seu alcance instrumentos jurídicos, como os CoCos e outros, para intervir nos

bancos. E não precisava que o pedido partisse das instituições, bastava detetar os riscos", diz. O advogado recusa acreditar que não houvesse forma de o BdP - que tinha muitas pessoas dentro do BES e possui poderes de inquirir e averiguar - perceber o que se passava no BES. "Importantes acionistas do banco pediram, durante meses, que se atuasse. Se o Estado tivesse optado pela intervenção, teria nomeado um administrador, como fez ou podia fazer no BPI, no Banif e no Millennium, em vez de deixar os membros da família Espírito Santo, segundo parece, com corda larga para fazerem o que agora lhes censura."

Júdice lamenta que Portugal tenha uma "tendência quase suicidária" de servir "de vacina" para a UE. "Tivemos a honra de testar um modelo ainda não totalmente estruturado para lidar com bancos em crise", ironiza. A questão é saber "qual o preço a pagar pelos contribuintes". Uma coisa é certa. Não será quando for vendido o Novo Banco que se poderá avaliar a bondade, ou não, desta solução, mas muito mais tarde, quando, finalmente, saírem as sentenças dos muitos processos colocados em tribunal contra o Estado, o BdP e o Novo Banco: "Um dia que um tribunal venha a condenar o Novo Banco a pagar dezenas ou centenas de milhões de euros para indemnizar os investidores e os clientes, vai ser o Estado a pagar. Só é possível que alguém compre o Novo Banco com essas garantias."

Júdice recusa pronunciar-se sobre a solução para os lesados do papel comercial: "O tratamento tem de ser igual para todos. Não consigo entender o racional jurídico de outra opção. Não estou a falar de questões sociais, mas jurídicas."



Opiniões continuam divididas quanto à solução encontrada

INTERVENÇÃO Encaixe da venda do Novo Banco e custos para os portugueses são as preocupações de Nuno Melo e Mariana Mortágua

A deputada do Bloco de Esquerda (BE) Mariana Mortágua não tem dúvidas de que "a intervenção no BES vai ter custos para os contribuintes", ao contrário do que garantiram o primeiro-ministro e o Ministério das Finanças.

"Todas as avaliações que há do Novo Banco [banco bom] dizem que será vendido por um valor inferior ao injetado no fundo de resolução [4,9 mil milhões de euros]. Parte do valor que derem pelo banco será para a sua recapitalização e o encaixe para o fundo de resolução será inferior ao que foi injetado", afirma Mariana Mortágua.

Por outro lado, acrescenta a deputada do BE, "já percebemos - e, aliás, já foi dito pelos vários intervenientes na banca - que o sistema bancário não está disposto a pagar ao fundo de resolução a totalidade do empréstimo. As notícias que já temos falam numa

reestruturação dessa dívida a 20 anos, o que na prática significa um corte na dívida, se é que alguma vez vai ser paga pelo sistema bancário". Além disso, "há todos os riscos de litigância contra o Novo Banco, que ficarão necessariamente na parte pública e não na parte que for vendida", adverte.

Há, assim, segundo Mariana Mortágua, "muitos riscos e muitos indícios de que esta será uma solução com custos elevados para os contribuintes".

Mas a deputada do Bloco vai mais longe. "Não conseguimos compreender a própria ideia - e sempre nos opusemos a ela - da venda do Novo banco e o seu retorno ao mercado, porque sistematicamente o Estado o que faz é pegar em instituições bancárias, limpá-las e arcar com parte dos prejuízos, devolvendo-as ao mercado para que volte a fazer com elas exatamente o que fez no passado", afirmou, acusando o Estado de estar a tratar o problema unicamente ao nível institucional.

"Não estamos a resolver estruturalmente nenhum problema, mas apenas a limpar todo o lixo e todos os maus investimentos e instabilidade criada pelos mercados financeiros, e, sobretudo, o Estado não previne desastres futuros", explicou.

Na sua opinião, a solução passaria por separar ativos bons e maus, tendo os acionistas de arcar com os

prejuízos, como foi feito, mas "tem de haver uma forma de o Estado poder apropriar-se de bens e património do grupo, que faliu, para compensar os prejuízos que terá a salvar o Novo Banco, e tal não foi feito, como

também não foi no BPN".

Lembra também que há ainda por contabilizar prejuízos em benefícios fiscais concedidos ao Novo Banco e que no futuro "custarão vários milhões de euros em perda de receita fiscal".

Já o eurodeputado Nuno Melo, do CDS, considera que a opção tomada é a que menos custos traz para o contribuinte e exemplifica com o caso do BPN, que "teve um

Problema dos lesados merece resposta, diz Nuno Melo

Ex-banqueiro detido em casa

JUSTIÇA Ricardo Salgado está em prisão domiciliária, com polícia à porta de casa, depois de ter sido interrogado, a 24 de julho, pelo juiz Carlos Alexandre, do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC), a pedido do Ministério Público. Além de Ricardo Salgado, que é também arguido no processo Monte Branco sobre branqueamento de capitais, foram ainda constituídos arguidos na investigação ao "universo Espírito Santo" Isabel Almeida, ex-diretora financeira do BES, que foi braço direito do antigo administrador Morais Pires, António Soares, ex-diretor do BES Vida, Pedro Luís Costa, ex-administrador da Espírito Santo Ativos Financeiros, José Castella, antigo responsável pela tesouraria do Grupo Espírito Santo, e Cláudia Boal de Faria, que pertenceu à área de vendas e estruturação do BES, responsável pela área da poupança do Novo Banco.

custo para os contribuintes para lá de todas as estimativas do Banco de Portugal, ao tempo em que era governador Vítor Constâncio, e do governo, então de José Sócrates".

Isto não invalida, porém, que em relação ao BES não devamos reconhecer que há aspetos que merecem ponderação e resposta", ressalva, referindo-se aos "lesados, que foram induzidos em erro quando optaram por investimentos que pensavam bons". Mas acredita que isso ainda possa ser resolvido.

Recusa, porém, avançar o que acontecerá se a privatização do Novo Banco não for suficiente para cobrir o que o Estado colocou no fundo de resolução: "Se vamos especular, tanto podemos fazê-lo num sentido como noutro", justifica. E insiste que, ao contrário do BPN, no BES acautelou-se uma solução que poderá, em tese, permitir que o custo para os contribuintes não aconteça, enquanto com a nacionalização do BPN "esse custo era inevitável".

Admite que em relação ao BES "vamos ter de esperar para ver", mas diz que caso haja prejuízos para os contribuintes estes serão incomensuravelmente inferiores, dadas as dimensões das duas instituições. "Se se tivesse optado para o BES por uma solução igual à do BPN, tendo em conta a diferença de dimensão dos dois bancos, estaríamos a falar de um prejuízo muitíssimo maior, portanto esta solução acaba por ser a melhor", conclui. EDUARDA FROMMHOLD

DATAS DECISIVAS

3 AGOSTO DE 2014

► **O Banco de Portugal**, através de uma medida de resolução, tomou conta do BES e anunciou a sua separação, ficando os ativos e passivos de qualidade num banco bom, o Novo Banco, e os passivos e ativos tóxicos no BES, o banco mau, sem licença bancária. Quatro dias antes, a instituição apresentara um prejuízo semestral histórico de 3,6 mil milhões.

...

5 AGOSTO DE 2014

► **Para garantir** a capitalização do Novo Banco, a instituição recebeu uma injeção de 4900 milhões por parte do fundo de resolução bancário, gerido pelo BdP e que detém 100% do capital do Novo Banco. Destes, 3900 milhões resultam de um empréstimo remunerado feito pelo Estado ao fundo e o restante de um empréstimo, também remunerado, feito por vários bancos a operar em Portugal e de capitais do próprio fundo de resolução.

...

29 ABRIL 2015

► **Cinco meses depois** de arrancar, a comissão de inquérito vota o relatório final, muito crítico para os supervisores no que diz respeito à questão do papel comercial. O BdP atuou tardiamente e de forma ineficaz, conclui. Foram ouvidas 55 personalidades e a sessão mais longa, de 17 horas, foi para ouvir Salgado e Ricciardi.

...

23 MAIO DE 2015

► **O BdP acusou** 15 gestores do BES de gestão ruinosa e falsas informações com dolo. Segundo o *Expresso*, o supervisor tem provas documentais de que Ricardo Salgado ordenou alterações à contabilidade da ESI.

...

27 DE JULHO DE 2015

► **O Novo Banco** argumentou numa audição decorrida num tribunal londrino que a batalha jurídica sobre o empréstimo de 752,5 milhões de euros montado pelo Goldman Sachs e concedido ao BES semanas antes do colapso deve decorrer em Portugal.

...

30 JULHO DE 2015

► **BdP deliberou** dar até 7 de agosto para que os três interessados na compra do Novo Banco melhorassem as suas propostas. Têm sido apontados os grupos chineses Fosun e Anbang, e o fundo norte-americano Apollo.

Relator da comissão de inquérito fora do Parlamento

LEGISLATIVAS Pedro Saraiva não consta das listas da coligação. O seu lugar habitual é ocupado pelo secretário de Estado Manuel Rodrigues

Colecionou elogios da esquerda parlamentar à direita que apoia o governo pela forma como transpôs para o relatório final da comissão de inquérito à derrocada do Banco Espírito Santo (BES) e Grupo Espírito Santo (GES) as 55 audições realizadas e as centenas de documentos que chegaram à Assembleia da República. No entanto, o deputado Pedro Saraiva, do PSD, não regressará ao hemiciclo, dado que não foi incluído nas listas da coligação Portugal à Frente.

"Foram 15 830 minutos e consegui estar presente em todos", congratulou-se Pedro Saraiva no dia da apresentação do relatório, em que as cinco bancadas acertaram o tom ao dizer que os trabalhos "dignificaram" a democracia. "Dificilmente podia ter feito melhor", afirmou Pedro Nuno Santos, coordenador do PS (que votou favoravelmente o relatório) na CPI.

Número dois pelo círculo de Coimbra em 2009 e 2011, o social-democrata ficou neste ano de fora, apesar de, tal como o DN já noticiou, ter sinalizado estar disponível para continuar a desempenhar as funções de deputado. Para as próximas eleições, a independente Margarida Mano avança como cabeça de lista naquele distrito, enquanto o secretário de Estado das Finanças, Manuel Rodrigues, está em estreia na corrida à casa da democracia no lugar que foi ocupado por Pedro Saraiva nos últimos dois sufrágios (ver página 12).

Pedro Saraiva vai regressar às lides académicas. É professor catedrático na Universidade de Coimbra, instituição da qual já foi vice-reitor.

OCTÁVIO LOUSADA OLIVEIRA



Pedro Saraiva vai regressar às lides académicas na Universidade de Coimbra

José Miguel Júdice BES pode custar muitos milhões aos contribuintes

Negociações. Um ano após a intervenção no BES, falta saber quem garante as indemnizações após a venda do Novo Banco. O advogado José Miguel Júdice e a deputada do BE Mariana Mortágua dizem que os contribuintes vão pagar. Nuno Melo, do CDS-PP, contrapõe que o prejuízo podia ser muito maior. **DINHEIRO** PÁGS. 16 E 17